



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

"ANTIGAMENTE ESSAS COISAS NÃO EXISTIAM": PENSANDO A INVISIBILIDADE LÉSBICA A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER MAIS VELHA AUTODENOMINADA HOMOSSEXUAL NO INTERIOR DA BAHIA

Sarah Ryanne Sukerman Sanches

LES – Laboratório de estudos e pesquisa em lesbianidade, gênero, raça e sexualidade, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sarahrssanches@hotmail.com

Resumo: Diferentes formas de apagamento marcam as histórias das lésbicas, mulheres que amam e se relacionam exclusivamente com outras mulheres, visto que estas existem às margens da sociedade heterossexual, onde a heterossexualidade é apresentada como a única possibilidade de existência para todas. Lésbicas têm encontrado diversas estratégias para viverem sua sexualidade e relações ao longo do tempo, em diferentes culturas e contextos políticos e econômicos. Partindo da categoria idade como marcador social da diferença entre lésbicas, o presente artigo tem como objetivo discutir a invisibilidade, modo de vida, bem como estratégias de sobrevivência adotadas por uma lesbiana mais velha no contexto do interior do estado da Bahia a partir de sua história de vida, obtida através de entrevista de compreensão, cuja análise leva em conta a questão geracional, mas também de território como marcadores que permitem outro olhar sobre a lesbianidade, visto que as trajetórias lésbicas ainda que possuam elementos em comum, são distintas se vividas nas capitais ou em cidades do interior. A história oral como metodologia possibilita compreender o passado através das narrativas individuais e subjetivas que pensadas em relação com os contextos sócio-históricos dizem respeito à toda coletividade da qual as narradoras fazem parte, sendo ao mesmo tempo testemunhas e artífices da história. As teorias lésbicas servem aqui como suporte teórico para pensar a condição político-social e histórica dessa personagem e sua trajetória.

Palavras-chave: história oral, lesbianidade, homossexuais femininas, envelhecimento.

INTRODUÇÃO

Lésbicas, mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente exclusivamente com outras mulheres, enquanto sujeitas inseridas em uma mesma estrutura política, cujas subjetividades foram forjadas em (e resistindo à) um regime heterossexual estão atravessadas por processos comuns que as tornam um grupo social específico. Enquanto sujeitas que compõem um grupo socialmente discriminado e marginalizado, lesbianas têm

encontrado diversas estratégias para sua sobrevivência física, emocional e política, em diferentes culturas e contextos políticos e econômicos, seja escondendo suas vidas pessoais e tratando suas sexualidades como algo privado, seja negociando a sua visibilidade – se assumindo ou não a depender dos espaços em que estão inseridas -, seja se tornando ativistas, seja criando subculturas particulares (CLARKE, 1988).

Lésbicas, assim como demais sujeitas e sujeitos sociais, possuem outros marcadores



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Dilemas do Gênero

categoriais para além do sexo/gênero e sexualidade, sendo estes o de raça, classe, idade/geração, território, entre outros, que se constroem enquanto marcadores de diferença também intragrupo, visto que sendo atravessadas ou não por cada um destes eixos, lésbicas experenciam modos de vida e histórias distintas.

O presente artigo é um desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no qual trabalhei com as histórias de vida de lésbicas que cresceram e ainda residem em cidades do interior da Bahia. O trabalho produzido em formato de livro-reportagem cuja narrativa carrega recursos típicos da literatura de ficção somado às ferramentas do jornalismo teve como objetivo humanizar e visibilizar essas personagens, rompendo com os estigmas comumente associados às lésbicas e reproduzidos no jornalismo tradicional. Neste artigo, resgato uma destas histórias, a da lésbica de mais idade, para refletir, a partir de teorias lésbicas e tendo a história oral como método, como a invisibilidade lésbica é experienciada entre lesbianas mais velhas no contexto do interior.

Levando em conta que sexo/gênero, raça e classe se inter cruzam, entrelaçam e são indissociáveis e que a entrevistada cuja narrativa é utilizada como fonte ainda que lésbica, de mais idade, e do interior, é branca

e de classe média, aponta-se desde já que esta é uma limitação, haja visto que raça e classe, constitutivas e determinantes em quaisquer subjetividades e experiências sociais, significando privações ou acessos, vulnerabilidades ou seguridades que se impõe ou se encontram à disposição na vida das lésbicas, aqui só podem ser trazidos desde um ponto de vista daquela que experencia privilégios.

As categorias idade/geração e território/espaço geográfico são aquelas a serem exploradas, limitado pelo espaço disponível, como elementos determinantes nos modos de vida e nas estratégias de sobrevivência adotadas por lésbicas. Nesse sentido, aponto ainda que os termos/categorias: *lésbicas* e *lesbianidade* são mantidos como resultado de um posicionamento teórico-político, mas não são utilizados pela fonte oral que se autodenomina homossexual.

METODOLOGIA

A oralidade, tantas vezes considerada como fonte subsidiária, complementar, pouco confiável, de baixo valor histórico e sociológico, é reivindicada na história oral, campo de estudos e método, como fonte primordial para a compreensão da história do presente, do cotidiano e das experiências humanas (FREITAS, 2002).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Cópia

De natureza qualitativa, trabalha com valores, representações, crenças, sentidos, signos, emoções, trajetórias, opiniões, onde a subjetividade da entrevistada é o elemento precioso do seu testemunho ou relato (PAULILO, 1999). Esta subjetividade é analisada à luz da sua constituição e inserção em um contexto histórico, político, social e cultural específico e, por este motivo, os aspectos individuais trazidos por cada sujeita dizem respeito a uma memória que é coletiva (OLIVEIRA, 2005).

À história oral interessa o resgate, registro e compreensão das memórias, modos de vida e experiências de determinado grupo social ou a análise de fenômenos sociais tendo como ponto de partida narrativas individuais de agentes sociais e históricos que compõem o grupo ou que vivenciaram o fenômeno, reconhecendo e fazendo conhecer como legítimos o discurso, o ponto de vista e as contribuições político-sociais-culturais daquelas que tiveram suas existências historicamente silenciadas, subjugadas ou contadas por outras.

A história de vida é um dos gêneros da história oral e se trata de um relato autobiográfico no qual a trajetória, de sua infância à vida adulta ou velhice, é reconstituída oralmente, com ou sem a condução da pesquisadora, podendo ser acompanhada de observação participante.

Ao contar sua vida, a narradora é ao mesmo tempo testemunha e artífice da história, já que ao narrar sua trajetória e a forma como experimenta e compreende o mundo, cada sujeita o faz através da sua subjetividade, que foi socialmente construída, dos lugares materiais que ocupa no mundo e que definem o seu ponto de vista (PERAZZO, 2015), descreve, avalia e questiona os acontecimentos, atribui significações e valores distintos a microeventos, organiza lembranças, revive e compartilha emoções e dores, acessa traumas, fantasias, elabora novas associações e compreensões de si mesma (BRANDÃO, 2007).

Como salienta Sônia Freitas (2012), a credibilidade do testemunho não depende do que oculta ou revela, das imprecisões que traz, de quão emocionalmente investida é a narrativa, de quais simbolismos atravessam a fala, mas de que todos esses elementos sejam vistos como parte da verdade da sujeita e reveladores eles próprios de dados importantes, não havendo, portanto, uma fonte oral falsa. Desse modo, toda história de vida pode ser útil para compreensão da realidade social e sua interpretação depende de que a sujeita que narra seja compreendida como uma agente marcada por especificidades psicossociais que constroem sua relação com a memória e o imaginário coletivo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Delações de Cães

Enquanto método, a história oral alia diferentes técnicas e procedimentos com a finalidade de registrar narrativas humanas e produz, conseqüentemente, fontes documentais através das quais se constrói conhecimento, reunindo um conjunto de questões práticas quanto aos seus procedimentos e questões éticas no que diz respeito ao recolhimento e uso das entrevistas (FREITAS, 2002). Suas etapas incluem: definição e delineamento do objeto de pesquisa; pesquisa bibliográfica; elaboração de roteiros de entrevista; mapeamento das possíveis fontes orais; a aproximação com estas; o uso da técnica da entrevista onde depoimentos pessoais são obtidos através de diferentes estratégias e dinâmicas, com o uso de um gravador enquanto recurso principal de captação, ao qual pode se somar também câmeras de vídeo; a transcrição das entrevistas; entre outros procedimentos possíveis, como a análise das narrativas, o arquivamento e a catalogação (BRANDÃO, 2007; FREITAS, 2002; PERAZZO, 2015).

A história de vida aqui utilizada como fonte foi recolhida no mês de julho de 2018 na cidade de Feira de Santana. Realizada na casa da entrevistada, conforme por ela solicitado, com duração média de 150 minutos e gravada em áudio através do gravador de voz digital Sony Px333. A metodologia adotada na entrevista foi a de

compreensão ou profundidade, conforme classificada por Edgar Morin e trazida por Cremilda Medina (1995):

Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema (p.15).

Assim, através dos estímulos e trocas com a entrevistadora, evitando-se perguntas fechadas, a entrevistada narrou a sua trajetória particular enquanto o tema central da entrevista, o eixo condutor, neste caso, a lesbianidade, foi aprofundado. O roteiro elaborado serviu de guia para a realização das entrevistas e foi marcado por três principais pontos de investigação: o processo de perceber a si mesma enquanto lésbica em diferentes etapas da vida - infância, adolescência e vida adulta -, como a lesbianidade foi subjetivada por cada entrevistada e o existir enquanto lésbica em diferentes âmbitos - social, familiar, escolar, do trabalho -. A entrevista foi transcrita integralmente e conferida, garantindo a maior fidedignidade possível à gravação, suprimindo-se apenas algumas expressões fáticas e repetições, mantendo as características pessoais da fala.

Ademais, a entrevistada requereu como critério absoluto para concessão da entrevista



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Dilemas do Cãpo

seu anonimato. Luiza é o pseudônimo adotado para a personagens desde o livro-reportagem (SANCHES, 2018), cuja história de vida será ponto de partida das reflexões que se seguem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apelidada de “Princesa do Sertão” por Ruy Barbosa, Feira de Santana, localizada a 108 km da capital, Salvador, é a segunda cidade mais populosa do estado da Bahia, com cerca de 609 mil habitantes (IGBE, 2018), sendo a maior cidade do interior. Hoje se constitui enquanto um importante centro urbano, político, educacional, econômico e cultural do estado, tendo em média 80% da sua população vivendo em zona urbana (Censo Demográfico, 2010). Contudo, no final da década de 1970, a sua população era predominantemente rural e vivia do comércio de gado e feiras livres, sofrendo, como resultado de uma política nacional de descentralização econômica e reorganização do espaço urbano, uma mudança gradativa que culminou em sua industrialização, modernização, desenvolvimento econômico e reconfiguração socioespacial (CORREIA E BONFIM, 2016).

É no cenário da Feira de Santana das décadas de 1980 e 1990, que se encontrava nesse momento de reorganização e desenvolvimento econômico, bem como em um cenário político nacional de ditadura e pós-

ditadura militar, que Luiza, 66 anos, se descobre e começa a viver enquanto lésbica.

Luiza nasceu em 1952 em uma cidadezinha de menos de 20 mil habitantes na mesorregião do nordeste baiano. Filha de pai dono de armazém e mãe dona de casa, cresceu com quatro irmãos e uma irmã em um lar marcadamente católico. Mudou-se para Feira de Santana com a família ainda na adolescência. Aprovada em nono lugar em um concurso para professora aos 18 anos e desistiu de assumir o cargo para casar. Casou aos 19 anos em uma cidadezinha no sul da Bahia onde se tornou professora do Mobral e posteriormente de sua própria escola. Tendo crescido em uma família abastada, foi uma criança e adolescente que só se preocupava em ler e estudar, o casamento trouxe a necessidade de trabalhar para que pudesse sustentar a si mesma e o marido. Retornou à Feira casada e se separou após alguns anos ao descobrir uma traição. Começou a construir a escola da qual ainda é dona em 1984 e tem até hoje este espaço como o mais importante da sua vida. Foi nesse período, na década de 1980, com mais de 30 anos que Luiza, em uma visita a um dos seus irmãos que morava em outro estado, ao ser levada em uma boate gay, viu um casal homossexual pela primeira vez.

“Primeira vez que eu fui e quando eu cheguei na boate eu vi meninos se beijando, você acredita que eu não



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas

tive nenhuma rejeição? Não sei o que se passava na minha cabeça, mas eu não tive nenhuma rejeição e era a primeira vez que eu estava vendo homossexuais. Isso foi na década de 1980, antes de eu me relacionar a primeira vez” (Luiza)

Antes daquele momento, ela nunca sequer havia imaginado duas pessoas do mesmo sexo juntas. Crescendo com uma educação rigorosa e religiosa, Luiza nunca pensou sobre sexualidade, acreditava que Deus havia feito o homem e a mulher para viverem juntos e nada mais. Casou-se virgem e só teve três relacionamentos ao longo da vida antes de se descobrir lésbica, um breve namoro antes do casamento e outro depois. E embora, como contou, tenha sido apaixonada por uma garota da escola de freiras quando tinha 10 anos, ela nunca havia pensado que o desejo que a levava todas as tardes à praça para ver a garota loira de cabelos rasos passar se tratava de algum indício da sua lesbianidade.

Como apontam as teorias lésbicas (CLARKE, 1988; FALQUET, 2004, 2012; RICH 2010; WITTIG, 2006), a heterossexualidade é um regime político de dominação da sexualidade e capacidades erótica, produtiva e reprodutiva, psíquica, afetiva, intelectual e econômica das mulheres pelos homens, marcada por diferentes forças e expressões do poder masculino sob as quais as mulheres são convencidas de que o

casamento e a sexualidade voltada aos homens são componentes inevitáveis de suas vidas, ainda que insatisfatórios e opressivos (RICH, 2010). Monique Wittig (2006) define como pensamento heterossexual a “interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos” (p. 3), onde a heterossexualidade não só é a única possibilidade para todas as sujeitas e sujeitos, como é a única coisa apresentada como natural, a única intocada pela cultura e que determina todas as relações, instituições e saberes.

Desse modo, como resultado da heterossexualidade enquanto regime, a trajetória de diferentes lésbicas é atravessada por relações com homens, incidindo de diferentes modos nas histórias de vida destas mulheres: como uma consequência de não saber racionalizar os seus afetos por mulheres como paixão e desejo sexual, por se manterem inconsciente dos seus próprios desejos e inclinações afetivo-sexuais, por uma tentativa às vezes proposital de se inscrever na heterossexualidade, entre outros (SANCHES, 2018).

Foi através desse mesmo irmão, que saberia posteriormente ser também homossexual, que Luiza, em 1990, começou a se relacionar com outra mulher, essa assumidamente lésbica.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Cênes

Sobre a homossexualidade do irmão, bem como a sua, acredita que ambas possam comprovar que a orientação sexual tem uma origem genética, argumento amplamente difundido durante muitos anos tanto em discursos médico-científicos que quanto no senso comum.

“Não tenho certeza, mas quem pesquisa já está dando alguns primeiros passos que isso pode ser uma coisa genética. Porque antigamente essas coisas não existiam. Ou se existiam, a gente não sabia, mas os de agora... a gente vê que é um sobrinho que surge ali, outro aqui. E assim... eu acho que ninguém escolhe “ah, eu a partir de hoje vou ser homossexual”, acho que ninguém vai escolher, né? Mas acontece, né?” (Luiza).

Pressupor que a lesbianidade, bem como a homossexualidade, não seriam vividas se pudessem ser escolhas conscientes, deriva do fato de que viver enquanto lésbica ou homossexual implica em viver em condições socialmente desfavoráveis. Ademais, atribuir uma razão biológica reduz a cobrança moral exercida pelo discurso religioso moralmente conservador. Se não existe escolha, então não existe culpa, não existe pecado.

O primeiro relacionamento de Luiza com uma mulher foi significativamente breve, durando apenas 6 meses, contudo é significado por ela como tendo sido mais marcante e positivo que o casamento de mais de uma década. Ela se responsabiliza pelo fim

do relacionamento, haja visto que ela temia que recebê-la em sua casa pudesse ter impactos negativos em sua vida profissional, que havendo sua lesbianidade descoberta, isso pudesse a prejudicar na escola.

Sobre a relação da lésbica com o trabalho, Adrienne Rich (2010) aponta que a lésbica não é forçada apenas a ocultar ou negar a verdade sobre seus relacionamentos afetivo-sexuais que ocorrem exteriores ao ambiente de trabalho, mas, mais que isso, é requerido que ela se comporte como uma mulher heterossexual no que diz respeito ao seu vestuário e a desempenhar um papel feminino, de uma mulher “de verdade”.

Morando vizinha ao local de trabalho e sendo suas e seus alunos em maioria residentes de bairros próximos, Luiza não tinha a possibilidade de manter sua vida pessoal de forma privada. Ainda sobre isso, Luiza conta que precisou comprar um apartamento distante da escola para conseguir manter sua vida afetivo-sexual.

“Ficou melhor porque as pessoas não sabem quem entra, quem sai, quem vai, quem fica. Distanciou, ficou bem longe de lá. Isso foi um ponto bom. Eu me recordo que teve muitos anos... um menino pequeno, ele insinuou alguma coisa, acho que algum adulto deve ter comentado com ele e... depois de um tempo ele não ficou mais na escola, entendeu?” (Luiza).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

Morar em um bairro distante do bairro da escola, estratégia adotada para a manutenção do trabalho, é uma possibilidade inexistente para lésbicas que residem em cidades do interior com menor área urbana ou que são de origem rural. Nesse sentido, o território, ou espaço geográfico, e também político, econômico e cultural, incide sobre os corpos e subjetividades das lésbicas impactando seus modos de vida.

Como apontam os dados compilados no *Dossiê do Lesbocídio no Brasil* (2018) sobre o assassinato e suicídio de lésbicas no país entre os anos de 2014 a 2017, lésbicas que residem no interior dos estados brasileiros representaram a maior porcentagem do total de lésbicas assassinadas em todos os anos analisados, com índices que variam de 56% a 69% dos casos. Como apontam as autoras, “a lésbica tem o dobro de chances de ser morta em uma região interiorana quando se comparado às capitais brasileiras. Dos 126 casos registrados entre 2014 e 2017, 82 deles ocorreram nos interiores dos estados” (PERES et al, 2018, p. 73).

É possível inferir, portanto, que existir enquanto lésbica no contexto do interior está para além de subjetivar e experienciar a lesbianidade de modo distinto, mas também significa correr mais riscos e vulnerabilidades.

Mudar-se para um bairro distante não significou para Luiza experienciar com tranquilidade ou maior liberdade suas relações afetivo-sexuais. Em um relacionamento exclusivo há 21 anos, Luiza e sua companheira, Gabriela, pseudônimo também adotado desde o livro-reportagem, moram em casas separadas e se encontram apenas nos finais de semana. Ainda que síndica do prédio onde mora, Luiza não mantém relações próximas com suas vizinhas e vizinhos e recebe a companheira, no que se refere aos espaços compartilhados do prédio, como sua amiga. Luiza acredita que tanto no que se refere à escola, enquanto diretora e professora, como à sua posição de síndica, ambos lugares de autoridade e responsabilidade, só foram mantidos por sua lesbianidade ser vivida como um segredo, ainda que ela suponha que não o é por inteiro.

“As pessoas comentam assim... Algum pai fala: “ah, pró, mas fulano é sapatão”. Fulano é, mas não chega pra dizer que eu sou, que soube que eu sou. Ou não sabe ou respeita, mas não tem uma coisa clara” (Luiza).

A palavra *sapatão*, há algum tempo positivada e afirmada como identidade por algumas lésbicas, principalmente aquelas que compõem movimentos lésbicos (PAIVA, 2016), para Luiza e as lésbicas da sua geração



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Dilemas da Cênes

é um termo ofensivo, pejorativo e ao longo de toda entrevistada só foi dito por ela nesta fala.

Luiza se autodenomina homossexual, utiliza os termos *homossexualidade*, e às vezes utiliza *homossexualismo*, o segundo possivelmente como reflexo da tendência dominante de categorizar a orientação sexual voltada para pessoas do mesmo sexo como doença que perdurou até a década de 1990 (NAVARRO-SWAIN, 2004). O termo *lésbica* sequer era usado nos contextos nos quais Luiza vivia e não foi dito uma única vez ao longo da entrevista.

Partindo do que teóricas lésbicas (FALQUET, 2012; RICH, 2010) e do que a própria história do movimento de lésbicas (PAIVA, 2016; PINAFI, 2015) apontam, afirmar-se *homossexual* em detrimento de afirma-se *lésbica* reflete muito mais do que a escolha por uma terminologia, é reflexo do fato de que parte da existência lésbica foi socialmente compartilhada com homens gays devido à falta de comunidades femininas coerentes (RICH, 2010) e, nesse sentido, compartilhada em espaços sociais e políticos protagonizados por homens gays. É, portanto, reflexo também da invisibilidade lésbica que foi pensada e tratada como análoga à homossexualidade masculina, ainda que lésbicas e homens gays tenham experienciado histórias particulares e distintas, dissimilares e até incompatíveis (FALQUET, 2012).

Após descobrir-se lésbica, Luiza passou a frequentar bares e boates gays, que eram os únicos espaços existentes de sociabilidade para lésbicas e homossexuais naquele momento. Como não existiam esses espaços em Feira de Santana, era preciso deslocar-se até a capital ou, como seu irmão vivia na capital de outro estado, ia para lá também. Era início dos anos 1990 e embora a ditadura militar houvesse se encerrado há alguns anos, a sociedade era ainda marcada pelo longo período de repressão acirrada sobre as individualidades humanas. Boates e bares gays se mantinham apenas quando clandestinos, sem fazer muito alarde de suas existências, assim como tinham aprendido a viver as próprias lésbicas e homossexuais. Experienciar a própria sexualidade era algo restrito às quatro paredes ou à espaços festivos e clandestinos compartilhados apenas com outras lésbicas e gays e se tornou o modo de vida adotado por Luiza, bem como sua companheira e amigas da mesma geração ou gerações próximas. Não frequentam mais boates e bares, hoje LGBTs, mas mantém-se restringindo a verbalização, afirmação e experimentação de suas sexualidades à espaços privados e considerados seguros.

No que se refere à família, tanto a de Luiza, quanto da sua companheira, Gabriela, ambas, embora convivam com as duas desde que eram apenas namoradas, mas, salvo por



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cópula

uma irmã de Gabriela, todas as demais tratam-nas como amigas. Na presença das e dos familiares, nos poucos e pontuais eventos em que isso ocorre, não se tocam, não se beijam, nem se referem uma à outra como companheiras. Sobre a família:

“Às vezes falam de homossexualidade, mas assim sempre de homens, recriminando. Mas nunca foi assim diretamente pra mim. Hoje nem falam mais nada e tem muito carinho, muito respeito por mim. A irmã dela me apresenta como cunhada, entendeu? Mas, assim, tem aqueles que respeitam e não falam nada” (Luiza).

É apenas entre as paredes do seu apartamento ou das casas de suas amigas lésbicas que se permite trocar afetos e chamar Gabriela por apelidos amorosos. Em todos os outros espaços, Luiza se apresenta e é vista como uma senhora de idade solteira e sem filhos. O silêncio é a sua estratégia de sobrevivência, ser invisível enquanto lésbica é o modo de vida que foi aprendido ao longo da sua trajetória como o mais eficaz, e o único possível, para garantir a manutenção do seu emprego e a convivência harmoniosa com as outras e outros.

CONCLUSÕES

O silêncio e a invisibilidade têm feito parte da história das lésbicas. Não somente porque muitas tem se calado por medo ou vergonha, mas porque o silêncio e a invisibilidade foram apresentados, ou

impostos, como a melhor estratégia de sobrevivência. Lésbicas aprendem a calar, a ter medo de falar e se expor, não só porque tiveram suas vozes, desejos e afetos socialmente negados, mas porque foram castradas em suas subjetividades ao serem impelidas a viver suas relações de forma clandestina e como um segredo, já que este era o único modo de escapar das violências que as espreitavam. Contudo, o silêncio não significa proteção porque, como alertaria Audre Lorde (1977), mesmo quando as verdades não são expostas, elas não deixam de existir e de afetarem as vidas das e dos sujeitos. Quando a lesbofobia não alcança uma lésbica fisicamente, ainda a flagela, negando humanidade, afeto, liberdade, fragmentando sua identidade, tornando lésbicas reféns da ignorância e discriminação alheia, onde parte significativa de quem são só pode existir em plenitude entre as quatro paredes das suas casas.

Lésbicas que tiveram a possibilidade de se inserirem em espaços e movimentos que permitiram a politização e a compreensão de suas sexualidades desde uma perspectiva revolucionária, como foram aquelas que compuseram os movimentos gays, feministas e lésbicos desde a década de 1970, notadamente aquelas que estavam em grandes capitais, como Salvador e São Paulo (PAIVA, 2016; PINAFI, 2015), bem como lésbicas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mais jovens que cresceram em outro cenário político, em um regime democrático, marcado por políticas afirmativas, investimentos na educação e cultura, em meio aos avanços e a visibilidade dos movimentos sociais, em meio à democratização da internet, em meio ao acesso quase que ilimitado por algumas de nós à informação, adotaram e experienciam outros modos de vida.

A história oral como método se mostra preciosa por tornar possível acessar, registrar e compreender através das histórias de vida destas sujeitas, historicamente apagadas e ainda academicamente pouco visíveis, como a lesbianidade tem sido experienciada, significada, vivida, quais possibilidades e condições de existência marcam suas trajetórias, de que modos estas tem resistido e sobrevivido ao heteropatriarcado.

Visto não somente a pouca, ou inexistente, produção teórica sobre os modos de vida das lésbicas em cidades do interior, mas também os dados de assassinato e suicídios de lésbicas no interior dos estados, faz-se necessário a formulação de um suporte teórico que permita fazer conhecer o que constrói essa vulnerabilidade. Aqui faço algumas considerações a partir da história de vida da Luiza e outras que foram compartilhadas no processo de produção do livro-reportagem e que não se pretendem axiomas, mas pontos que podem servir como

condutores de futuras investigações sociológicas: cidades pequenas são marcadas por dinâmicas de relações mais próximas, o que implica em maior probabilidade de acesso à vida afetivo-sexual e menor possibilidade de manter a vida íntima como privada, implica também em maior possibilidade de controle social haja visto que a maioria das e dos residentes se conhecem, possuem algum nível de proximidade, frequentam os mesmos espaços, compartilham uma vida em comum; muitas dessas relações, sejam de afeto ou desafeto, atravessam gerações construindo redes de relações que perpassam por toda família, além da própria lésbica; além disso, não há geralmente nenhum espaço de socialização ou politização lésbica ou LGBT e as redes de apoio entre lésbicas são frágeis já que estas se constroem a partir do início e término de relações afetivo-sexuais, em conjunto ou separadamente estes pontos podem levar à processos sociais específicos, distintos daqueles vividos por lésbicas em metrópoles.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Juarez Duarte; CORREIA, Juliana da Silva. Reconfiguração espacial da cidade de Feira de Santana a partir da década de 1960. In: III Simpósio cidades médias e pequenas da Bahia, Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: UEFS, 2012. p.1-14



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas do Gênero

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica.

Rev. Configurações, n. 3, 2007. pp. 83-106

Censo Demográfico, 2010.

CLARKE, Cheryl. Lesbianism: na act of resistance. In: MORAGA, Cherríe;

CASTILLO, Ana. **This Bridge Called my Back**. ISM PRESS, San Francisco: USA, 1988.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuição da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 6, n. 5, 2012.

_____. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. México: Fem-e-Libros, 2004 Disponível em <<http://julesfalquet.com/ espanol-portugues-english/portugues/>> Acesso em junho 2018

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

IBGE, 2018.

LORDE, Audre. **The Transformation of Silence into Language and Action**.

Apresentação lida no painel sobre lesbianismo e literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, em 28 de dezembro de 1977.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Valeska F. de. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. **Rev. História Oral**, n. 1, v. 8, 2005 p. 91 -106

PAULILO, Maria. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, v. 2, n. 2, 1999 pp. 135 – 148

PERAZZO, Priscila F. Narrativas orais de história de vida. **Rev. Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, jan-abr 2015, p. 121-131

PINAFI, Tânia. **História do movimento de lésbicas no Brasil: lésbicas contra a invisibilidade e o preconceito**. Novas Edições Acadêmicas, 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica. **Rev. Bagoas**. n. 05, 2010. p. 17-44

SANCHES, Sarah. Mulheres que amam mulheres: narrativas lésbicas no interior da Bahia. Livro-reportagem. (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Bahia, 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

SILVA, Zuleida Paiva da. “Sapatão não é bagunça”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual da Bahia, 2016.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensaios**. Madrid: EGALES, 2006.